



Comissão presidida por Benedito de Lira (E) também aprovou propostas que tratam de saneamento básico e turismo

## Minha Casa, Minha Vida deve priorizar famílias em áreas de risco

É o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional. **8**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.587 – Brasília, quarta-feira, 21 de dezembro de 2011



## Banco Central prevê crescimento maior e inflação menor em 2012 **3**



Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini (2º à dir.), na CAE

# Governo terá outros 4 anos de liberdade de gasto

Senadores aprovaram prorrogação da DRU, mecanismo que permite à União gastar livremente 20% do dinheiro arrecadado com tributos que têm destino predeterminado



Romero Jucá, líder do governo, discursa na sessão em que se prorrogou a DRU até 2015: vitória de Dilma no Congresso

### Assine a newsletter



www.senado.gov.br/jornal

## Procurador-geral do Cade é mantido no cargo por mais dois anos **3**

## Portal permitirá participação direta da sociedade no Legislativo **2**

## Encarte mostra recentes medidas para atender exigência do cidadão

**ESPECIAL**  
**JORNAL DO SENADO**

**Mais econômico, mais ágil e mais transparente**

O Senado viveu grandes mudanças nos dois últimos anos, e 2011 consolidou um processo destinado a ajustar a instituição às crescentes exigências da sociedade: racionalidade na gestão, maior controle nos gastos e mais abertura à focalização e à participação dos brasileiros. As medidas também passam pela reforma administrativa, defendida pela Presidência da Casa

**Medidas reduzem gastos e melhoram administração** **2 a 6**

Plano de saúde economiza R\$ 10 mil **4**

Consultorias dão apoio essencial **12**

Com milhões acessam Portal de Notícias **16**

**Novas ferramentas dinamizam processo de fazer as leis** **7 a 9**

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo foi aprovado em Plenário e segue à sanção presidencial. **7**

**E**m segundo turno de votação, o Senado prorrogou até 2015 a Desvinculação de Receitas da União. O mecanismo caducaria no dia 31. Derrotada, a oposição pedia que a DRU fosse

prorrogada por dois anos apenas. Assim, no ano que vem, o governo poderá gastar livremente R\$ 62,4 bilhões — dinheiro que, sem a DRU, iria integralmente para áreas como saúde e educação. **4 e 5**

## Plano Plurianual até 2015 é aprovado **5**

## Comissão busca acordo para votar Orçamento **5**

## Ressocialização de menor vai seguir mesmas regras no país

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo foi aprovado em Plenário e segue à sanção presidencial. **7**



Programa profissionaliza jovens na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará: cidadania a serviço da reinserção

Portal e-cidadania, que será lançado em maio, oferecerá ferramentas para que a sociedade proponha temas de projetos de lei e participe *on-line* das audiências públicas realizadas nas comissões

## Cidadão ganhará *site* para interagir com o Senado

O SENADO LANÇARÁ em maio o e-cidadania, portal na internet que estimulará a sociedade a participar do processo legislativo e discutir os temas em pauta no Parlamento.

— O Senado mais uma vez assume uma posição de ponta em matéria de tecnologia, ampliação da interação com a sociedade e transparência no processo legislativo — afirmou o presidente da Casa, José Sarney, no anúncio do portal.

A proposta foi apresentada pela secretária-geral da Mesa do Senado, Cláudia Lyra.

Em maio, ato assinado por Sarney instituiu grupo de trabalho para elaborar o projeto. O grupo preparou relatório que, se aprovado pela Mesa, deverá ser detalhado para colocar o portal em operação. O lançamento está previsto para maio, quando o Senado completa 186 anos. Prevê-se uma segunda versão da ferramenta para novembro, com novos recursos.

Conforme o documento examinado pela Mesa do Senado,



Sarney (C) preside a reunião da Mesa do Senado em que anunciou o portal

cada função terá espaço definido no portal — a fiscalização (e-fiscalização), o processo legislativo (e-legislação) e a interação direta com os senadores e os temas em discussão (e-representação).

O portal contará com recursos já existentes no *site* do Senado — como o Siga Brasil, que traz informações sobre o Orçamento da União, e o LexEdit, que permite propor emendas a projetos de forma eletrônica —, além de outros recursos que ainda serão criados.

A ideia é aproximar o cidadão do Senado para que, além de acompanhar a atuação de seus representantes, entenda o funcionamento da Casa, compreenda a elaboração do Orçamento, opine sobre assuntos discutidos e até apresente sugestões de projetos de lei.

— Todo cidadão poderá dar sugestões. Os senadores terão acesso às ideias e poderão encampá-las. Além disso, o portal trabalhará com a interatividade nas audiências públicas — explicou Cláudia Lyra.

## Stel provê estrutura para informação ágil

Até meados de fevereiro de 2012, a Secretaria Técnica de Eletrônica (Stel) do Senado deverá implantar novo sistema que permitirá aos senadores visualizar e salvar em seus computadores, em formato compatível com a internet, todo o conteúdo de vídeo já digitalizado e que tenha origem no Plenário e nas comissões, bem como disponibilizar em seus portais e enviar a outros destinos o resultado de suas intervenções.

Na avaliação do diretor da Stel, Agnaldo Scardua, o Senado “precisa se atualizar permanentemente no segmento eletrônico, para que possa atender um trabalho parlamentar cada vez mais complexo e as demandas da sociedade por informações em tempo real”.

Antes, a secretaria já havia

atualizado os sistemas de sonorização do Plenário e das oito salas das comissões. Com isso, o áudio digital é disponibilizado em tempo real sem o uso de mídias físicas aos diversos setores da Casa e na internet, gerando redução de despesas e tornando mais ágil e dinâmico o acesso à informação.

A Stel também instalou 16 novas câmeras de vídeo, com operação remota e com qualidade *broadcasting*, nas comissões. O projeto deu condições para a TV Senado transmitir ao vivo e simultaneamente todas as reuniões; atualmente, oito canais podem ser assistidos pela internet.

Outro projeto no período foi a instalação de equipamentos para distribuição de áudio visando atender a nova sala técnica e as 120 estações de

trabalho localizadas no novo ambiente da Secretaria de Taquigrafia.

A Stel é responsável pelo planejamento, gestão e manutenção de todos os equipamentos eletrônicos do Senado, desde os televisores utilizados na Casa até os transmissores de televisão UHF e de rádio FM instalados em várias capitais do país. Além disso, a secretaria instala todos os equipamentos multimídia que dão suporte aos eventos que ocorrem na Casa.

Desde 2008, a secretaria trabalha na digitalização de vídeo dos eventos do Plenário e comissões e do acervo analógico da TV Senado. Já são mais de 33 mil horas de vídeo armazenadas. Há dois meses iniciou-se a digitalização do áudio original captado pela Stel em Plenário e comissões e já está em andamento a alimentação do arquivo digital de fotos do Senado.

Todo o conteúdo digitalizado seria inútil se não houvesse a gestão da informação. Unidades da secretaria elaboraram normas a partir de padrões internacionais de tratamento documental, desenvolveram sistemas que possibilitam a aplicação dessas técnicas e qualificaram equipe para fazer a descrição do conteúdo digital armazenado.



Scardua (C) e equipe: desafio é atender demandas cada vez mais complexas

## Ministra da Casa Civil agradece empenho do Senado em 2011

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, após visita ao presidente do Senado, José Sarney, explicou que veio “agradecer o empenho da Casa em 2011”.

Gleisi comentou que o governo está acompanhando a possibilidade de greve nos aeroportos a partir desta

sexta-feira. As empresas estão elaborando plano de ação para evitar transtornos, e o governo ainda acredita em entendimento.

Senadora pelo PT de Santa Catarina, Gleisi Hoffmann se licenciou em junho para assumir a Casa Civil, no lugar de Antonio Palocci.

## Terceirizados do Senado dão placa de homenagem a Sarney

Grupo de funcionários terceirizados do Senado homenageou ontem o presidente da Casa, José Sarney. Ele recebeu do presidente da Associação dos Terceirizados do Senado Federal (Apresefe), Waldemiro Livingston de Souza, placa com os dizeres: “A família dos funcionários

terceirizados do Senado Federal agradece todo o apoio recebido pelo estimado presidente José Sarney durante o presente ano”.

Waldemiro citou como uma das conquistas de 2011 a garantia do pagamento dos vales-alimentação e transporte dos terceirizados.

### Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h40 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

### Turismólogo

14h Na pauta do Plenário, emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 290/01, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de turismólogo.

### Presidência

### Cerimônia do PAC 2

11h Cerimônia de contratação das obras de saneamento do PAC 2, no Palácio do Planalto; às 15h, Sarney se reúne com a bancada do PMDB; às 16h, ordem do dia.

### CPI

### CPI do Tráfego de Pessoas

9h Apresentação do relatório final.

### CAS

### Profissão de comerciante

9h Votação, em turno suplementar, de substitutivo a projeto que trata da regulamentação da profissão de comerciante.

### CCJ

### Juventude, Ato Médico e reforma

10h A Comissão de Constituição e Justiça examina propostas sobre os direitos dos jovens, regulamentação do Ato Médico e reforma administrativa do Senado.

### Congresso

### Promulgação da DRU

11h Sessão solene destinada à promulgação da Emenda Constitucional 68/11, que prorroga a Desvinculação de Receitas da União até 2015.

### CMO

### Relatório final do Orçamento

14h A Comissão Mista de Orçamento se reúne, no plenário 2 da Câmara, para votar o relatório final do Orçamento 2012.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### Composição do FMI muda e amplia participação brasileira

O Brasil vai tornar-se o décimo maior cotista do Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo proposta de emenda ao convênio constitutivo do fundo. A Resolução 66-2 da Junta de Governadores do FMI, adotada em 15 de dezembro de 2010, entrará em vigor quando os detentores de pelo menos 70% das cotas tenham consentido, por escrito, o aumento de suas participações.

O projeto de decreto legislativo (PDS 452/11) com o texto da mudança vai à promulgação, tendo obtido ontem as aprovações da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e do Plenário.

O relator, Anibal Diniz (PT-AC), ressaltou que o Brasil passará a deter 2,3% das cotas totais do FMI, passando da 14ª para a 10ª posição no ranking dos cotistas. Pela proposta, os cinco diretores executivos que representam os cinco países detentores das maiores cotas na instituição (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e França) passam a ser também eleitos. Atualmente eles são indicados pelos respectivos governos, e os outros 15 diretores executivos são eleitos pelos governos dos demais países membros para mandatos com dois anos de duração.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) saudou a “conversão do PT aos cânones do liberalismo”, lembrando que o partido já propôs ruptura com o FMI. Já Demóstenes Torres (DEM-GO) registrou seu voto contrário, por não ver coerência no governo ao pedir a prorrogação da DRU e aportar dinheiro no FMI.

### Jader Barbalho pode tomar posse no dia 28, durante o recesso

A Comissão Diretora escolheu João Vicente Claudino (PTB-PI) para elaborar relatório sobre o processo de posse de Jader Barbalho (PMDB-PA).

Jader recebeu votos suficientes para ser eleito senador pelo Pará, mas foi barrado pela Lei da Ficha Limpa. O STF, no entanto, considerou a lei inaplicável às eleições de 2010 e Marinor Brito (PSOL) teve que deixar o Senado no dia 14.

A expectativa da Mesa, disse o 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB), é se reunir no dia 28, quando Barbalho deve assumir o mandato, se o parecer for favorável à posse.

Presidente do Banco Central faz avaliação dos cenários econômicos nacional e internacional para a Comissão de Assuntos Econômicos

# Tombini prevê crescimento maior e inflação reduzida em 2012

EM 2012, O Brasil terá crescimento econômico maior e inflação menor do que em 2011, segundo previsão feita ontem pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Após atingir o pico no terceiro trimestre deste ano, a inflação acumulada em 12 meses está em queda e “converge para o centro da meta” de 4,5%, segundo Tombini. Ele acredita que o crescimento em 2012 deve superar o desempenho dos demais países emergentes, atingindo taxas maiores no segundo semestre do próximo ano. A previsão do mercado é de crescimento de 3,4% no quarto trimestre de 2012.

Tombini afirma que “ações tempestivas de política macroeconômica” estão minimizando no Brasil os efeitos da crise internacional, e a classificação de risco do país tem sido elevada pelas agências internacionais.

A credibilidade do país, na avaliação de Tombini, decorre de fatores como política macroeconômica consistente,



Diretores do Banco Central e Tombini (2º à dir.) falam sobre política monetária na audiência presidida por Delcídio (D)

sistema financeiro sólido e “colchões de liquidez”. Um dos pilares dos “colchões de liquidez”, segundo ele, está assentado nas reservas internacionais, que aumentaram de US\$ 205 bilhões, em agosto de 2008, para R\$ 352 bilhões, em dezembro de 2011. Esse crescimento teria contribuído para a redução das vulnerabilidades do país.

Mesmo diante de resultados positivos, o Brasil se prepara para momentos de dificuldades, disse Tombini. Ele apontou vários fatores que devem

contribuir para o baixo crescimento nos próximos anos: os Estados Unidos terão em curto prazo desempenho melhor do que o esperado, mas ainda enfrentarão entraves estruturais a longo prazo. Na zona do euro, as negociações políticas avançam, mas ainda falta a implementação das medidas.

Por outro lado, a desaceleração do crescimento da China e as políticas de combate à inflação nos países emergentes devem completar um quadro de redução da demanda global, de acordo com Tombini.

O comparecimento trimestral do presidente do Banco Central à Comissão de Assuntos Econômicos, para prestar contas sobre a política monetária, é previsto em resolução do Senado. A audiência foi presidida pelo presidente da CAE, senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

Tombini foi questionado pelos senadores Armando Monteiro (PTB-PE), Ana Amélia (PP-RS), Francisco Dornelles (PP-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ).

## Procurador-geral do Cade é confirmado por mais dois anos

Por 54 votos a favor e 13 contrários, o Plenário aprovou a recondução de Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo ao cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão vinculado ao Ministério da Justiça. A aprovação será comunicada à presidente da República, Dilma Rousseff.

A confirmação dará ao atual procurador mais dois anos no cargo, até 2013. O Cade examina e julga, no plano administrativo, atos de concentração empresarial, especialmente fusões e incorporações. Além

disso, decide sobre denúncias de condutas lesivas à livre concorrência, como processos de cartelização.

O relator da recondução na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi Lindbergh Farias (PT-RJ). A comissão aprovou a indicação ontem de manhã. A expectativa dos governistas era aprovar na CAE também a recondução do conselheiro Ricardo Machado Ruiz. Ao fim de sabatina polêmica, pedido de vista de Demóstenes Torres (DEM-GO) adiou a decisão. Ele e Francisco Dornelles (PP-RJ)



Ricardo Ruiz e Gilvandro de Araújo na CAE. Decisão sobre Ruiz é adiada

levantaram dúvidas sobre a situação profissional de Ruiz. Antes, Dornelles acusara o comando do Cade de descumprir acordo fechado no Senado para a aprovação do projeto que reestruturou o

órgão. O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), marcou nova reunião para hoje, quando se espera que os senadores já disponham das informações para deliberar sobre a recondução de Ruiz.

### Comissão Representativa

O presidente da Mesa do Congresso, José Sarney, apresentou e submeteu à votação o nome dos parlamentares que vão integrar a Comissão Representativa do Congresso durante o recesso parlamentar, de 23 de dezembro a 1º de fevereiro. Compõem a Comissão Representativa senadores e deputados, titulares e suplentes

SENADORES	TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de apoio ao governo (PT-PDT-PSB-PCdoB-PRB)</b>	▶ Humberto Costa (PT) ▶ Acir Gurgacz (PDT)	▶ Antonio Carlos Valadares (PSB) ▶ Inácio Arruda (PcdoB)
<b>Bloco da Maioria (PMDB-PP-PSC-PV)</b>	▶ José Sarney (PMDB) ▶ Renan Calheiros (PMDB)	▶ Valdir Raupp (PMDB) ▶ Romero Jucá (PMDB)
<b>Bloco da Minoria (PSDB-DEM)</b>	▶ Alvaro Dias (PSDB)	▶ Lúcia Vânia (PSDB)
<b>PR</b>	▶ Blairo Maggi	▶ Vicentinho Alves
<b>PTB</b>	▶ Gim Argello	▶ Epitácio Cafeteira
<b>PSD</b>	▶ Sérgio Petecão	▶ Kátia Abreu

DEPUTADOS	TITULARES	SUPLENTES
<b>PT</b>	▶ Amauri Teixeira ▶ Paulo Teixeira ▶ Rubens Otoni	▶ Fernando Marroni ▶ Policarpo ▶ Vicentinho
<b>PMDB</b>	▶ Júnior Coimbra ▶ Mauro Benevides	▶ Geraldo Resende ▶ Leandro Vilela
<b>PSDB</b>	▶ Duarte Nogueira ▶ Eduardo Gomes	▶ Cesar Colnago ▶ Rogério Marinho
<b>PP</b>	▶ Márcio Reinaldo Moreira	▶ Lázaro Botelho
<b>DEM</b>	▶ ACM Neto	▶ Alexandre Leite
<b>PR</b>	▶ Izalci	▶ Ronaldo Fonseca
<b>PSB</b>	▶ Cabo Juliano Rabelo	▶ Laurez Moreira
<b>PDT</b>	▶ Marcos Rogério	▶ Manato
<b>Bloco PV/PPS</b>	▶ Sarney Filho (PV)	▶ Arnaldo Jardim (PPS)
<b>PTB</b>	▶ Paes Landim	▶ Jovair Arantes
<b>PSC</b>	▶ Hugo Leal	▶ Edmar Arruda
<b>PCdoB</b>	▶ Chico Lopes	▶ Delegado Protógenes

O PMN ainda não indicou seu representante na Comissão Representativa

## Incentivo ao turismo rural passa no Plenário e volta à Câmara

O turismo rural deverá constar entre as atividades previstas na Lei 8.023/90, que trata do imposto sobre a renda obtida no campo, e na Lei 5.889/73, que dispõe sobre o trabalho rural. Com isso, a exploração do turismo rural passa a ser considerada como atividade agroeconômica, permitindo que o produtor receba visitantes por meio de agências e conte com nova fonte de receitas.

A proposta (PLC 19/11), do então deputado Sílvio Torres, foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado, na forma de substitutivo da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Devido a modificação feita no colegiado, a matéria volta à Câmara dos Deputados.

O relator da matéria na CRA, Casildo Maldaner (PMDB-SC), deu parecer favorável, justificando com a possibilidade de o turismo e o ecoturismo se constituírem em alternativas produtivas e de melhoria de vida para os habitantes do campo.

“A atualização da legislação proposta reveste-se de grande importância, pois facilitará o desenvolvimento do turismo rural no país”, escreve o senador em seu relatório.

Ele lembra que o empregador rural é impedido de acolher turistas em sua fazenda em razão de, como produtor, não poder emitir documento fiscal relativo ao fornecimento de hospedagem ou alimentação exigido pelas agências de turismo.

## Música gospel poderá receber incentivos pela Lei Rouanet

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/09, que altera a Lei Rouanet (Lei 8.313/91) para reconhecer como manifestação cultural a música *gospel* e os eventos relacionados ao estilo. O termo *gospel*, contração da expressão inglesa *God spell*, ou “fala de Deus”, denomina a música ligada à fé cristã.

Pelo texto do então deputado Rodovalho, o *gospel* passa a ser reconhecido como parte da cultura contemporânea brasileira, permitindo que pessoas ou entidades que trabalham com o estilo recebam incentivos de

empresas por meio da Lei Rouanet.

Na justificativa do projeto, o autor da proposta destaca que a música *gospel*, oriunda da tradição norte-americana, tem se disseminado no Brasil, em eventos de grande porte que contam com a participação de parcela significativa de jovens.

No Senado, a proposta recebeu parecer favorável nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE). Sem emendas, foi votada em regime de urgência atendendo a requerimento de Ana Amélia (PP-RS), subscrito por outros senadores.

## Criados 24 cargos em comissão para cuidar do futebol

O Ministério do Esporte terá mais 24 cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores (DAS), sendo dois DAS-5, três DAS-4, sete DAS-3 e 12 DAS-2. Os cargos estavam previstos em projeto de lei da Câmara (PLC 89/10) aprovado ontem pelo Plenário do Senado e enviado à sanção presidencial. O parecer favorável é de Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O governo justifica que os novos cargos irão “compor uma estrutura específica para tratar do futebol e da defesa dos direitos do torcedor”. Esse novo órgão terá como principais competências planejar, desenvolver, acompanhar e monitorar as atividades no âmbito do futebol e da defesa

dos direitos do torcedor, além de apoiar ações ligadas a eventos de grande porte; integrar ações e estimular parcerias entre entidades governamentais e agentes privados; e planejar a realização de eventos esportivos internacionais no Brasil, entre outras coisas.

A proposta, encaminhada pelo Executivo ao Congresso em 2008, apontava a importância da nova secretaria “para a realização de eventos como a Copa do Mundo de 2014 e, como reflexo, o fortalecimento da candidatura do Brasil à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016”. As despesas com a nova estrutura foram estimadas em R\$ 1.519.502,15 por ano.

# Senado prorroga por 4 anos mecanismo que dá liberdade de gastos ao governo

Desvinculação de Receitas da União, que caducaria na virada do ano, valerá até 2015; artifício permite à União gastar livremente 20% do dinheiro arrecadado com tributos que seriam integralmente destinados a determinadas áreas

O MECANISMO QUE permite ao governo federal aplicar livremente 20% do dinheiro arrecadado com tributos que têm destino predeterminado — que caducaria na virada deste ano — valerá até 31 de dezembro de 2015.

O Senado aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga por quatro anos a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

A emenda constitucional deverá ser promulgada hoje, às 11h, em sessão conjunta dos senadores e deputados no Congresso Nacional.

O governo afirma que a prorrogação da DRU é imprescindível diante do excesso de tributos vinculados (como Cofins, PIS-Pasep, CSLL e Cide) e dos gastos obrigatórios previstos no Orçamento (como salários, aposentadorias, saúde e educação) e argumenta que, por isso, acaba sobrando muito pouco para aplicar em projetos estratégicos.

No ano que vem, graças à DRU, o montante que o governo federal poderá gastar como bem entender chegará a R\$ 62,4 bilhões.

A prorrogação da DRU não teve o apoio da oposição no Senado. No segundo turno, a PEC obteve 55 votos favoráveis, 13 contrários e 1 abstenção.

Dos tributos vinculados, o mais volumoso é a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que é paga pelas empresas. A estimativa é que o governo recolha com a Cofins R\$ 174 bilhões em 2012. Esse valor estaria obrigatoriamente vinculado a programas de seguridade social (saúde, previdência e assistência social). Com a DRU, essas áreas ficarão com 80% da arrecadação, ou R\$ 139,2 bilhões. Os 20% restantes, R\$ 34,8 bilhões, serão aplicados conforme a conveniência do governo — no pagamento dos juros da dívida pública e nos salários dos servidores, por exemplo.



Romero Jucá, líder do governo, discursando na sessão em que o Plenário aprovou, em segundo turno, a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União

## Derrotada, oposição pedia que DRU durasse só 2 anos

A oposição defendeu a prorrogação da DRU por apenas dois anos, para que o Congresso pudesse fiscalizar melhor o uso que o governo faz das verbas desvinculadas.

A ideia, no entanto, foi derrubada no Plenário. Acabaram sendo aprovados quatro anos de prorrogação, como queria o governo.

A contestação dos quatro anos foi feita basicamente por dois senadores do PSDB: Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Alvaro Dias (PR). Aloysio disse que o governo

não merecia esse voto de confiança porque Dilma Rousseff, segundo ele, esqueceu-se da promessa feita ao assumir o cargo de que o combate à miséria seria feito junto com a melhoria de condições de saúde, segurança e educação dos brasileiros.

— Como dar crédito a um governo que desacelera a economia, que é gerido por alguém que foi apresentada como a “mãe do PAC”, sendo que, na verdade, em sua Presidência, apenas 12% dos recursos do PAC

foram efetivamente gastos? Não merece confiança um governo que, tendo recursos disponíveis, não consegue liberar esses gastos — criticou Aloysio.

Alvaro Dias, por sua vez, explicou que a DRU foi criada no governo do PSDB para “uma necessidade específica de planejamento” num cenário de inflação, o que não existe mais. O senador lembrou que, naquela época, o PT foi contrário à DRU.

— Com os pressupostos básicos implantados pelo

Plano Real, já não há razão para implementação desse mecanismo. Isso retrata uma incompetência de gestão. A prorrogação da DRU é sinônimo de má-fé, diz que o Orçamento é uma peça de ficção. O que se deseja é um cheque em branco de R\$ 62 bilhões para uso aleatório, especialmente em ano de eleições — assinalou.

Sem querer atrasar a sessão, os governistas preferiram não discutir a DRU no Plenário — o que havia ocorrido na votação em primeiro turno.

## Rondônia e Rio de Janeiro obtêm crédito externo

O Senado autorizou os estados de Rondônia e do Rio de Janeiro a realizarem empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os dois projetos de resolução vão à promulgação.

Rondônia poderá realizar operação de crédito de US\$ 6,23 milhões para financiar projeto de modernização tributária, financeira e patrimonial da área fiscal do estado.

O relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), apresentou parecer favorável.

O estado do Rio de Janeiro, por sua vez, poderá contratar crédito externo de US\$ 451,98 milhões. O parecer favorável coube a Valdír Raupp (PMDB-RO).

Com esses recursos, o Rio de Janeiro pretende financiar programa de saneamento ambiental da Baía de Guanabara.

O empréstimo vai permitir

a ampliação da cobertura da coleta e tratamento de esgotos em municípios do entorno da Baía de Guanabara, contribuindo para a redução da carga orgânica de origem doméstica lançada em suas águas.

Serão aplicados recursos totais de quase US\$ 640 milhões no programa de despoluição, entre 2011 e 2016, considerando a contrapartida de US\$ 187,6 milhões do estado.

## Facilitado empréstimo de estado inadimplente

Sob protesto de Demóstenes Torres (DEM-GO), que considerou a matéria um “casuismo”, o Senado aprovou a Resolução 42/11, de Casildo Maldaner (PMDB-SC), que permite a estados e municípios inadimplentes contratar operações de crédito destinadas à regularização da inadimplência com instituições do sistema financeiro.

Demóstenes disse que a resolução visa “livrar a

pele” do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, que teria autorizado renovações de crédito ilegais, por não terem sido apreciadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nem pelo Senado. Ele acusou Coutinho de ter mentido aos senadores em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— Indaguei se ele fez essas

operações. Ele disse que tinha feito com a aquiescência da STN e que tinha passado pelo Senado. Eu representei criminalmente contra ele porque é crime fazer qualquer empréstimo em desacordo com a resolução do Senado.

Segundo o relator da resolução, Romero Jucá (PMDB-RR), as operações de crédito já foram reconhecidas pelo Ministério da Fazenda e comunicadas ao Senado.

## Congresso aprova Plano Plurianual até 2015

Senadores e deputados aprovaram ontem, em sessão conjunta, o Plano Plurianual (PPA) 2012–2015. O texto traça as diretrizes e metas da administração federal para os próximos quatro anos.

O planejamento original do governo apontava para gastos superiores a R\$ 5,4 trilhões, a maior parte destinada à área social. O relator, Walter Pinheiro (PT-BA), acrescentou R\$ 102,5 bilhões para atender a demandas dos parlamentares e do próprio governo.

O senador ressaltou que reservou R\$ 2 bilhões a mais para expansão do Programa Nacional de Banda Larga, R\$ 1 bilhão extra para educação

básica, R\$ 400 milhões para ações de combate ao *crack* e R\$ 800 milhões para defesa dos direitos humanos.

O PPA organiza em quatro áreas temáticas as prioridades do governo para os próximos quatro anos: Social; Infraestrutura; Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e Especiais. Entre elas, estão a construção de 4 milhões de residências no Programa Minha Casa, Minha Vida; a produção de 31 milhões de barris de petróleo por dia; a inclusão de 495 mil domicílios rurais no Programa Luz Para Todos; e a inclusão de mais de 800 mil famílias no Programa Bolsa Família.

## Relator do PPA comemora aprovação

Walter Pinheiro fez balanço do projeto aprovado. O senador disse que a proposta do PPA 2012–2015 chegou ao Congresso com previsão de gastos de R\$ 4,075 trilhões e saiu com R\$ 102 bilhões a mais.

O parlamentar ressaltou a forma participativa de construção do PPA, com realização de audiências públicas em todo o país. O relator afirmou ter conversado com todas as bancadas, comissões e movimentos sociais.

No Senado, informou, foram apresentadas 1.245 emendas, muitas delas acatadas. Ele destacou os acréscimos voltados às áreas da saúde e da educação, os recursos para a ampliação de aeroportos e para fortalecimento do combate ao uso do *crack* e a alocação de R\$ 2 bilhões para incrementar o serviço de banda larga em regiões remotas.



Na tribuna, Walter Pinheiro defende aprovação do Plano Plurianual

## Ministérios e estatais terão crédito suplementar

Seis projetos de lei que autorizam abertura de créditos suplementares a ministérios foram aprovados ontem pelo Congresso Nacional. As proposições somam quase R\$ 520 milhões.

O Ministério da Defesa vai ficar com parte dos recursos. O PLN 42/11 destina R\$ 64 milhões ao Comando do Exército para implantação do Sistema de Defesa Estratégico.

A Aeronáutica deve ficar com R\$ 20,3 milhões.

Outros 15 projetos com abertura de crédito ainda estão na pauta do Congresso, que volta a se reunir hoje, às 12h30.

Os outros cinco projetos aprovados são:

- PLN 7/11: R\$ 19,2 milhões aos ministérios da Fazenda, do Turismo e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

- PLN 39/11: R\$ 49,2 milhões aos ministérios da Educação e do Esporte.

- PLN 41/11: R\$ 130,5 milhões para o Ministério da Integração Nacional.

- PLN 47/11: R\$ 81,1 milhões aos ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura.

- PLN 54/11: R\$ 38,6 milhões a estatais, entre elas, Infraero e Caixa Econômica Federal.

## Comissão pode votar hoje Orçamento de 2012

A Comissão Mista de Orçamento pode votar hoje o relatório final do Orçamento de 2012. Segundo o presidente da CMO, Vital do Rêgo (PMDB-PB), devem ser agendadas reuniões

sucessivas em busca de acordo para as matérias pendentes, como o reajuste salarial do Judiciário.

A falta de acordo adiou para hoje a votação do relatório do Comitê de Avaliação

das Informações sobre Obras com Índícios de Irregularidades Graves (COI). O documento recomenda a suspensão do repasse de verbas da União a empreendimentos em cinco estados.

## Fim de encargo na energia elétrica deve ser antecipado em 12 anos



Comissão de Infraestrutura, presidida por Lúcia Vânia, aprova a antecipação, que passará por mais dois colegiados

A extinção da cobrança das cotas de Reserva Global de Reversão (RGR) pode ser antecipada de 2035 para 2023. A RGR é paga anualmente pelas concessionárias de energia, mas o encargo recai sobre o valor da conta cobrada dos consumidores.

A antecipação está prevista em projeto de lei (PLS 372/11) de Ana Amélia (PP-RS) e Armando Monteiro (PTB-PE), que foi aprovado

ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A RGR deveria ter acabado em 2002, mas foi estendida para 2010 e depois para 2035. O governo alegou necessidade de cumprir as metas do Programa Luz Para Todos e recuperar a rede elétrica.

Ana Amélia disse que a arrecadação da RGR é da ordem de R\$ 2 bilhões anuais.

— Essa cobrança encarece as tarifas de energia elétrica,

o que, por sua vez, aumenta o custo Brasil a ponto de inviabilizar indústrias nacionais — diz a senadora.

No projeto original, ela defendia extinção imediata, mas o relator na CI, Walter Pinheiro (PT-BA), propôs o ano de 2023 para dar tempo de se encontrarem novas fontes de recursos. O projeto será votado na comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente (CMA).

## Wellington pede flexibilização de preço de usinas no Piauí

Wellington Dias (PT-PI) pediu a flexibilização do parâmetro de preço por megawatt fixado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para o leilão de três usinas de pequeno porte no Piauí.

O Complexo Baixo Parnaíba, que reúne as hidrelétricas de Castelhanos, Cachoira e Estreito, não recebeu propostas dos investidores no leilão A-5 realizado ontem.

Para o senador, “se por um lado se quer um preço acessível e adequado à população, por outro é preciso garantir o conjunto de investimentos para que um rio seja utilizado de forma múltipla”. Ele disse que as usinas, além de beneficiar sistemas de irrigação e o potencial turístico da região, vão permitir controlar enchentes em cidades do Maranhão e do Piauí, além de planejar



Senador quer garantir investimentos para uso múltiplo do rio Parnaíba

tanto a navegabilidade do rio Parnaíba, para escoamento da produção, quanto a geração de energia nos meses de estiagem.

Jorge Viana aponta que o governo do Acre acolhe cerca de 800 haitianos em Brasileia e que mais 200 devem vir tentar a sorte no Brasil

# Senadores pedem política especial de imigração para haitianos

ALÉM DE PRESTAR socorro humanitário imediato aos imigrantes haitianos que têm chegado ao país nos últimos meses, o governo brasileiro deveria estabelecer cota para novos imigrantes provenientes do Haiti. A sugestão foi feita em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pelo senador Jorge Viana (PT-AC), que encabeçou requerimento para a realização do debate, e contou com o apoio do senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Encontram-se atualmente na cidade de Brasileia (AC), perto da tríplice fronteira de Brasil, Bolívia e Peru, cerca de 800 haitianos que ingressaram de forma irregular no país. Até o momento, eles têm sido acolhidos pelo governo do Acre, que lhes fornece abrigo e duas refeições por dia. Afetados pelas difíceis condições econômicas e pelos efeitos do terremoto que atingiu seu país em 2010, os haitianos chegam ao Brasil depois de passar por Panamá, Equador e Peru ou Bolívia.

— Precisamos estabelecer uma política especial de imigração para o Haiti, para que possamos acolher de 10 mil a 20 mil haitianos como convidados, e não como pessoas exploradas entrando pelos fundos, de maneira ilegal — propôs Viana.

Pouco antes, o senador Anibal Diniz (PT-AC), que assinou o pedido para a audiência pública juntamente com Viana, alertou para o fato de

que mais 200 haitianos estão na República Dominicana, prontos para tentar a sorte no Brasil. E lamentou que a maior responsabilidade pelo acolhimento dos haitianos tenha recaído nos últimos meses sobre o governo do Acre.

— A sensação que tínhamos até agora é de que o Acre estava sozinho. O problema é muito maior do que a nossa capacidade de solução — afirmou Diniz.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidiu o debate, sugeriu que se altere o conceito de refugiado, para que ele passe a integrar imigrantes provenientes de países que tenham experimentado uma “catástrofe econômica”.



Luiz Paulo Barreto (E) diz que construção da Usina de Belo Monte atrai imigrantes

## Membro da ONU elogia visto humanitário

Durante a audiência, o diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores, Rodrigo do Amaral Souza, disse que o Brasil mantém contatos com os governos do Equador e do Peru, usados como rota de passagem dos haitianos. O governo peruano, informou, cogitou a possibilidade de exigir visto para os imigrantes do Haiti. Mas como a política do Equador, onde chegam voos do Panamá, é de “portas abertas e cidadania universal”, o país não aceitou a ideia.

O secretário executivo do Ministério da Justiça Luiz Paulo Teles Barreto disse

que a possibilidade de obter emprego na construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, é o que mais atrai os imigrantes. Mais de 2 mil haitianos entraram com pedidos de ingresso no Brasil como refugiados — negados sob o argumento de que não são perseguidos políticos.

Para regularizar a situação dos que já se encontram no Brasil, o governo concedeu-lhes um visto humanitário, com o qual podem trabalhar e ter acesso a serviços de saúde e educação. O representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Andrés Ramirez, elogiou a iniciativa do

governo de promover a regularização dos haitianos que já estão no Brasil e capacitá-los profissionalmente, para que no futuro retornem a seu país.

Segundo a representante da Presidência da República, Miriam Medeiros da Silva, “o Brasil não vai virar as costas a uma população já tão vulnerável e sofrida”. Já Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) sugeriu que o país adote uma nova Lei de Imigração. O senador propôs ainda que o Brasil tenha uma política de cooperação policial com os países vizinhos, para coibir a ação dos “coiotes”, que cobram dos haitianos para trazê-los ilegalmente.

## Jorge Viana registra ações de segurança nas fronteiras

Jorge Viana (PT-AC) citou ontem o artigo “Segurança das Fronteiras”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*. O texto é assinado pelo vice-presidente da República, Michel Temer, pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, e pelo ministro Moreira Franco, da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

De acordo com o artigo, o Plano Estratégico de Fronteiras, lançado há seis meses pelo governo federal, mudou “o estado de abandono em que se encontravam os limites territoriais do Brasil”, antes “propício a ações criminosas”. Viana lembrou que um dos objetivos do plano é coibir a entrada de armas e drogas ilegais no Brasil.

## Comissão sobre conflitos na Amazônia encerra os trabalhos

A comissão temporária externa encarregada de acompanhar os conflitos agrários na região amazônica encerrou seus trabalhos, conforme anunciou ontem Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). O relatório, a ser encaminhado ao Executivo e ao Ministério Público, sugere um acompanhamento mais próximo das ações em áreas deflagradas.

A senadora lembrou que a comissão foi formada em consequência de assassinatos de trabalhadores no Pará e em Rondônia, em maio. O colegiado visitou as regiões e fez audiência pública para discutir as investigações. Na opinião dela, os conflitos são consequência do abandono do poder público, que se traduz na falta de regulamentação e de fiscalização.

## Senado aprova acordos com cinco países

O Senado aprovou ontem acordos do Brasil com cinco países.

Com Quênia, Gabão e Zâmbia foi acordado o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do

pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico. No caso da Eslovênia, o texto refere-se a dependentes de pessoal de missões diplomáticas e repartições consulares.

O acordo com a Guiana trata

da isenção parcial de vistos. Os cidadãos de um dos países poderão entrar, transitar, permanecer ou sair do território do outro, sem a necessidade de visto, para fins de negócios, não podendo, no entanto, exercer

emprego ou atividade remunerada. O texto estabelece ainda prazo de 90 dias, renováveis por igual prazo, para permanência no território do outro país.

Os cinco projetos serão enviados para promulgação.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Vanessa Grazziotin • José Sarney • Acir Gurgacz • Paulo Paim

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Sítio:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF

Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

## Comissão conclui que boa parte da verba para segurança não é liberada

A comissão temporária externa criada para acompanhar o Plano Nacional de Segurança Pública, bem como o PAC de Segurança Pública, encerrou seus trabalhos com a aprovação, ontem, do relatório final apresentado pelo senador Pedro Taques (PDT-MT).

O documento aponta como principal causa do problema da segurança pública no país o baixo índice de execução orçamentária dos programas da área. Taques citou o caso do Programa Calha Norte, cuja execução orçamentária não chegou a 3%, ou seja, não atingiu R\$ 15 milhões do total previsto de R\$ 484 milhões no Orçamento.

Em Plenário, o presidente da comissão temporária, Eduardo Braga (PMDB-AM), considerou inadmissível tal índice de execução orçamentária

para um programa como o Calha Norte.

— Essa região do Calha Norte é a que faz fronteira com a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia; portanto, fronteiras com países que têm alto índice de produção de drogas e um corredor conhecido de tráfico de drogas através do Brasil. E ter neste programa uma execução de apenas 3% em 2011 mostra por que o nosso país tem sido invadido da forma que tem sido por drogas e por outros bens afins — disse Eduardo Braga.

Conforme o senador, o contingenciamento de verbas atingiu outras áreas correlatas e delicadas, como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci); ações de segurança para grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014; construção de escolas penitenciárias; estabelecimentos penais e sistema de inteligência penitenciária.

A comissão — que foi criada para funcionar durante 12 meses — transferirá agora seus trabalhos para a Subcomissão Permanente de Segurança Pública, que funciona no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.



Eduardo Braga condena contingenciamento

## CCJ pode analisar hoje emenda que restabelece poder investigativo do CNJ

A proposta que inclui expressamente na Constituição os poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para investigar e punir juízes pode ser votada hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ontem, diversos senadores defenderam a votação imediata da PEC 97/11, de Demóstenes Torres (DEM-GO), que pode ser incluída como extrapauta se a CCJ aprovar requerimento para isso.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a sugestão “seguramente” seria levada ao presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Roberto Requião (PMDB-PR) lembrou que o relator da PEC, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), já concluiu seu parecer. A ideia também recebeu apoio de Pedro Simon (PMDB-RS), Humberto Costa (PT-PE) e Pedro Taques (PDT-MT).

Em Plenário, Taques, Ana Amélia (PP-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) criticaram a decisão em caráter liminar do ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspender o poder do CNJ para investigar delitos cometidos por juízes.

Na segunda-feira, o ministro acatou, em parte, ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4.638) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) contra

resolução do CNJ que uniformizou as regras de processos administrativos contra juízes e desembargadores. Marco Aurélio avaliou que “não cabe ao CNJ criar deveres, direitos e sanções administrativas mediante resolução, ou substituir-se ao Congresso” e alterar a Lei Orgânica da Magistratura.

Para Suplicy, a decisão vai contra a transparência dos três Poderes. Na avaliação do senador, o CNJ foi criado justamente para ser um órgão de fiscalização e controle. Ana Amélia afirmou que o ponto mais grave da decisão do ministro é a retirada da prerrogativa do CNJ de iniciar investigações, o que, na prática, limita a atuação dos conselheiros aos processos já abertos pelas corregedorias dos tribunais e que estiverem paralisados.

— A decisão ainda termina com o prazo de 140 dias que os tribunais estaduais tinham para julgar os seus magistrados. Sem o prazo limite, não haverá como comprovar que os processos estão parados — acrescentou.

Para Taques, além de ferir os princípios constitucionais, que a seu ver conferem autonomia ao CNJ, a decisão liminar também atenta contra a independência dos Poderes da República e seu “sistema de freios e contrapesos”.



Taques, Ana Amélia e Suplicy criticam decisão do STF que suspendeu poder de investigar juízes



Jovens infratores em curso profissionalizante: ações devem considerar peculiaridades de cada menor

## Senado aprova sistema para ressocialização de adolescente infrator

Projeto que uniformiza a apuração de infrações e a aplicação de medidas socioeducativas no país segue agora para sanção da presidente Dilma Rousseff

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara, com origem no Executivo, instituindo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que estabelece uma série de medidas destinadas à ressocialização de adolescentes em conflito com a lei.

A proposta (PLC 134/09) define que a missão do Sinase é uniformizar o processo de apuração de infrações e de aplicação de medidas socioeducativas no país. Recomenda, no entanto, a individualização das ações corretivas, levando em conta as peculiaridades de cada adolescente, como doenças, deficiências ou dependência química. O princípio da não discriminação é outro norteador do sistema.

No parecer favorável à aprovação, o relator na CCJ, senador Armando Monteiro (PTB-PE), avalia que “as crianças e os adolescentes devem ser respeitados nas suas peculiaridades, mas também devem ser educados para a cidadania e a civilidade”.

Além de recursos orçamentários, o Sinase deverá ser financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).



Lídice da Mata comemora aprovação do Sinase

A legislação do Imposto de Renda também será alterada para permitir que contribuintes pessoas físicas e jurídicas realizem doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente — também financiador do sistema — e possam deduzi-las integralmente do imposto devido.

Em pronunciamento no Plenário, Lídice da Mata (PSB-BA) elogiou a aprovação do Sinase, afirmando que a medida é um marco no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei e uma esperança para a ressocialização dos menores. Para ela, o sistema fortalece o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao determinar melhor as diretrizes e responsabilidades na execução das medidas. A matéria segue agora para sanção presidencial.

## Davim quer aplicação de recursos de multas de trânsito na saúde

Ao comentar operação planejada pelo governo para rodovias no período de férias, Paulo Davim (PV-RN) informou ontem que, de janeiro a setembro, os acidentes de trânsito provocaram gastos de R\$ 7,8 bilhões no Sistema Único de Saúde (SUS).

A Operação Rodovia, explicou o senador, ocorrerá de 19 de dezembro a 27 de fevereiro, em 60 trechos de rodovia que concentram



Senador cita prevenção de acidentes nas férias

22% dos acidentes atendidos pela Polícia Rodoviária Federal. Davim lembrou que apresentou projeto de lei que destina 15% dos recursos provenientes de multas de trânsito à área da saúde (PLS 193/11).

— Nada mais justo que as multas de trânsito destinem um pouco, um percentual, para a saúde. Até porque hoje nenhum centavo é destinado para a saúde — observou o senador.

Vazamento de questões do Enem é um dos motivos para o pedido de esclarecimentos ao ministro da Educação, que deverá falar sobre suspeitas em contratação de empresa de tecnologia da informação

# Senado pede informações a Haddad sobre acusações

A COMISSÃO DIRETORA do Senado aprovou ontem pedido de informação ao ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre supostas irregularidades na contratação de empresas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do ministério responsável pela realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O autor do requerimento, Alvaro Dias (PSDB-PR), explica que o pedido foi motivado por informações veiculadas pela imprensa. De acordo com ele, os esclarecimentos são também necessários para garantir a qualidade e a lisura da administração pública.



Fernando Haddad deverá explicar denúncias veiculadas pela imprensa

— Os vazamentos do Enem não foram ainda esclarecidos pelo ministério, e as providências adequadas ainda não foram adotadas — assinalou o senador.

O pedido de informação apresentado pelo líder do

PSDB contém série de indagações sobre os aspectos legais da contratação da empresa Jeta Soluções e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda e solicita esclarecimentos sobre os critérios que nortearam o processo de licitação e sobre quem são os reais proprietários da empresa vencedora.

Além do pedido ao ministro da Educação, foram também aprovados pelo Senado outros 15 requerimentos de informação.

A comunicação do resultado da reunião da Comissão Diretora foi transmitida à imprensa pelo 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB).



Senador Benedito de Lira preside a última reunião deste ano da Comissão de Desenvolvimento Regional

## Ação habitacional priorizará família em risco

Em sua última reunião do ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou projeto de lei que permite às prefeituras direcionar as ações do programa federal de habitação Minha Casa, Minha Vida ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco.

O projeto em questão (PLS 27/01) é de Lindbergh Farias (PT-RJ) e foi aprovado em caráter terminativo — saiu do Senado sem passar pelo Plenário.

A CDR também aprovou em caráter terminativo projeto que cria diretrizes para o saneamento básico e estimula a adoção de medidas para o amortecimento e a retenção de águas das chuvas e proposta que trata da Política Nacional de Turismo.

O primeiro (PLS 432/11) é

de autoria de Ana Rita (PT-ES). A segunda proposta (PLS 521/11), de Eduardo Amorim (PSC-SE), foi acolhida na forma do substitutivo de Ana Amélia (PP-RS).

Por outro lado, a CDR rejeitou de forma unânime o projeto de lei que institui fundos constitucionais de financiamento para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (PLC 182/10).

Por pedido de vista coletiva, foi retirado da pauta de votação da comissão projeto de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que trata do cultivo sustentável de cana-de-açúcar na Amazônia Legal (PLS 626/11).

Benedito de Lira (PP-AL) descreveu como “absolutamente positivo” o trabalho da CDR neste ano. O senador disse que o Brasil deve muito à comissão por seu esforço em

questões como a dos *royalties* do petróleo:

— Quando a distribuição dos *royalties* estava em estado de inércia, foi por meio desta comissão, sob a batuta do senador Wellington Dias [PT-PI], que fizemos uma convocação de governadores, das bancadas da Câmara e do Senado, para viabilizar a aprovação do projeto — lembrou o presidente do colegiado, que manifestou esperança de que o projeto seja votado na Câmara dos Deputados no primeiro semestre de 2012.

Benedito de Lira cumprimentou todos os integrantes da CDR “pelo trabalho e pela eficiência” e previu para 2012 “mais um ano de esforço intenso”, destacando a apreciação de projetos relativos à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

## Casildo enfatiza proposta de nova Defesa Civil



A aprovação do relatório final da Comissão Temporária de Defesa Civil foi apontada por Casildo Maldaner (PMDB-SC) como uma de suas principais conquistas em 2011. Ao fazer o balanço do ano, ele registrou também a aprovação da lei que criou a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do projeto que permitiu aos bancos

cooperativos e de desenvolvimento acesso direto aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) como resultados importantes em seu mandato. Relator da comissão, Casildo propôs profunda mudança na atuação da Defesa Civil, dando prioridade à prevenção e à preparação, e não à resposta e à reconstrução.

## Educação de base deveria ter um ministério, diz Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem que a presidente Dilma Rousseff deveria aproveitar a reforma ministerial para criar ministério específico para a educação de base.

— A reforma da estrutura é mais importante do que a reforma dos nomes.

Para o senador, a educação superior deveria ficar a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia ou, ainda, ter ministério próprio. Para isso,



Para senador, ensino básico é desvalorizado

no entanto, seria necessário reduzir o número de ministérios.

— Não tem como o ensino superior ser bom com um ensino básico ruim — alertou.

Cristovam disse que, nos últimos 20 anos, o número

de vagas nas universidades cresceu 507%, enquanto o de estudantes que concluíram o ensino médio aumentou 170%. Para ele, a diferença mostra a desvalorização do ensino básico no Brasil.

## Mozarildo elogia novas regras para planos de saúde

As novas regras para planos de saúde que entraram em vigor na segunda-feira



foram comemoradas por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que cumprimentou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) por “dar sinal de vida”.

Entre as novas regras, está a determinação de prazos mínimos para que certos procedimentos sejam adotados.

— Pode não ser o ideal, mas essas normas representam um avanço. Hoje, o brasileiro reclama mais do seguro de saúde do que do Sistema Único de Saúde [SUS] e a maioria dos médicos está abandonando os planos.

## Humberto destaca inauguração de 1ª etapa da Hemobrás

A inauguração do primeiro bloco de fábrica de hemoderivados em Goiana (PE) foi comemorada



ontem por Humberto Costa (PT-PE). Com investimento inicial de R\$ 27,4 milhões, a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) será a maior empresa do setor na América Latina e levará o país à autossuficiência, disse o senador.

Segundo ele, empresa vai mudar a vida de muitos pernambucanos, gerando emprego e renda, e a de muitos brasileiros, produzindo medicamentos para tratar hemofilia, imunodeficiências genéticas, cirrose, câncer, Aids e queimaduras.

## Marta Suplicy discute vacinação contra HPV

Marta Suplicy (PT-SP) assinalou a importância de debate realizado pela Comissão de



Assuntos Sociais (CAS) sobre projeto (PLS 238/11) de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) do qual é relatora. O projeto determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) assuma a vacinação das mulheres contra o HPV (papilomavírus humano), uma das maiores causas de câncer do colo do útero.

Embora esclarecedor, Marta afirmou que o debate manteve suas dúvidas sobre se a vacinação deve atingir todas as mulheres entre 9 e 13 anos no país ou as mulheres entre 9 e 25 nas regiões mais afastadas, como a Amazônia.

## Ana Rita celebra êxito de conferência sobre mulheres

“Os intensos debates da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foram impor-



taantes para a construção de uma igualdade de gênero no país”, disse Ana Rita (PT-ES).

A senadora parabenizou as cerca de 2.500 mulheres que participaram do evento na semana passada, em Brasília.

Entre os temas discutidos, Ana Rita destacou a erradicação da extrema pobreza, a construção de mais creches, a reforma política, a cidadania feminina e o combate à violência. Os pontos de maior repercussão, disse, foram medidas para garantir a autonomia financeira, social e cultural da mulher e a ampliação da licença-maternidade.